

UM REFLEXÃO TEÓRICO ENUNCIATIVA SOBRE A RELAÇÃO (INTER) SUBJETIVA ENTRE O ACADÊMICO E O PROFESSOR NO PROCESSO DA PRODUÇÃO TEXTUAL NO ENSINO SUPERIOR

A THEORETICAL-ENUNCIATIVE REFLECTION ON THE (INTER)SUBJECTIVE RELATIONSHIP BETWEEN THE ACADEMIC AND THE TEACHER I THE PROCESS OF TEXTUAL PRODUCTION IN HIGHER EDUCATION

Claudia TOLDO¹

Luciane Schiffli FARINA²

RESUMO: A escrita é um ato inerente à vida acadêmica e profissional e mesmo sendo uma prática prevista em documentos oficiais desde a Educação Básica, os alunos, principalmente os ingressantes, apresentam dificuldades ao lidar com tarefas que requerem leitura e escrita na esfera acadêmica. Diante dessa realidade, o presente trabalho insere-se na preocupação do fazer docente no Ensino Superior quanto à produção textual. Dessa forma, propõe-se a refletir sobre a relação (inter)subjéctiva – entre o acadêmico e o professor – a partir de uma intervenção avaliativo-enunciativa docente. Para tanto, contamos com o constructo teórico de Émile Benveniste, principalmente com os artigos “A natureza dos pronomes” (1956) e “Da subjéctividade na linguagem” (1958) constantes na obra Problemas de Linguística Geral I – PLG I – e “A linguagem e a experiência humana” (1965) da obra Problemas de Linguística Geral – PLG II. Presume-se que o aluno, assumindo o lugar do *eu*-locutor conta com o *tu*-alocutário professor o qual orienta a sua (re)escrita para que o mesmo alcance a evolução do seu enunciar, atingindo a posição de sujeito.

PALAVRAS-CHAVE: Enunciação. Produção textual acadêmica. Intervenção avaliativo-enunciativa.

ABSTRACT: Writing is an act inherent to academic and professional life and even though it is a practice provided for in official documents since Basic Education, students, especially freshmen, have difficulties in dealing with tasks that require reading and writing in the academic sphere. Given this reality, the present work is part of the concern of teaching in Higher Education regarding textual production. In this way, it is proposed to reflect on the (inter)subjective relationship – between the academic and the teacher – from an evaluative-enunciative teaching intervention. For this, we rely on the theoretical construct of Émile Benveniste, mainly with the articles “The nature of pronouns” (1956) and “On subjectivity in language” (1958) contained in Problems in General Linguistics I - PLG I - and “A language and human experience” (1965) from Problems in General Linguistics – PLG II. It is assumed that the student, taking the place of the speaker-self, counts on the teacher you-speaker who guides his (re)writing so that he achieves the evolution of his enunciation, reaching the position of subject.

KEYWORDS: Enunciation. Academic textual production. Evaluative-enunciative intervention.

1. Doutora em Letras. Professora de Língua Portuguesa e Linguística do Curso de Letras da Universidade de Passo Fundo e Professora e Coordenadora do PPGL – Mestrado e Doutorado em Letras na mesma Universidade – Passo Fundo, RS. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2960-0734>. E-mail: claudia@upf.br. Pesquisadora CNPq.

2. Mestre em Letras pelo PPGL – Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, Rio Grande do Sul, Brasil, na linha de pesquisa Constituição e interpretação do texto e do discurso. Docente do Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul – Campus Erechim, do qual recebe fomento como apoio institucional. E-mail: luciane.farina@erechim.ifrs.edu.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9917-8479>. Bolsista CAPES (UPF).

INTRODUÇÃO

O ensino da escrita na escola, há anos, tem sido tema de discussão, quando se pensa a qualidade da produção textual dos estudantes. Embora haja um número significativo de estudos voltados à área da Linguística sobre o ato de escrever, dentre os quais referenciamos alguns, muitas vezes, a escola apresenta práticas pedagógicas deficitárias, quando o trabalho é ensinar a escrever. Consequentemente, o aluno não desenvolve competências linguísticas em sua trajetória escolar, ingressando no meio acadêmico com dificuldades de leitura, compreensão e produção de textos.

Partindo dessa situação, o presente trabalho insere-se na perspectiva do fazer docente no Ensino Superior relativo à produção textual, buscando refletir sobre como se dá a relação (inter)subjéctiva – entre o acadêmico e o professor – a partir de uma intervenção avaliativo-enunciativa docente. Assim, primeiramente, trazemos um referencial teórico que trata sobre a produção textual, com concepções de leitura, escrita e reescrita textual. Para isso contamos com Solé (1998), Koch e Elias (2008), Vieira e Faraco (2019a, 2019b), Ruiz (2018), Murray (2013), Geraldi (2013) e Guedes (2002, 2014).

Na sequência, apresentamos um recorte teórico dos estudos enunciativos de Émile Benveniste, principalmente no que se refere à *noção de pessoa*³, nos artigos “A natureza dos pronomes” (1956) e “Da subjetividade na linguagem” (1958) constantes no PLG I e “A linguagem e a experiência humana” (1965) do PLG II. Buscamos Benveniste, priorizando um viés antropológico ao estudar a língua e a linguagem humana. Pensamos que essa singularidade, em que privilegia a expressão do homem *na e pela* linguagem, permite ver o acadêmico como produtor textual, ocupando o seu lugar de sujeito da língua.

Em seguida, apresentamos a metodologia e procedemos à análise, de forma reflexiva, na qual tecemos comentários sobre a relação intersubjetiva estabelecida entre o acadêmico como *eu*-locutor e o professor, *tu*-alocutário, no momento da produção textual.

Queremos apresentar uma reflexão que auxilie professores a realizarem um trabalho de produção textual produtivo e que faça diferença na escrita de acadêmicos ingressantes no Ensino Superior.

Ler, escrever e reescrever: uma tríade necessária para a produção textual

A tarefa de ensinar a produzir textos pode ser considerada complexa, tendo em vista que o aluno, principalmente o ingressante no Ensino Superior, precisa ter o domínio do uso da língua materna. Diante disso, é na graduação que as habilidades de leitura e escrita podem ser retomadas com um ensino que se refere ao seu uso, em textos escritos, em trabalho realizado no ensino superior, nas disciplinas básicas de leitura e escrita.

3. O uso do itálico bem como o das aspas ocorre quando tratarmos de termos específicos da teoria da Enunciação de Émile Benveniste.

Desse modo, é necessário um fazer docente que reconheça a leitura e a reescrita como atividades inerentes ao ato de escrever e que fazem diferença quando são inseridas pelo professor na realização do trabalho com textos escritos. Dessa forma, nesta primeira parte do nosso trabalho, tratamos de questões sobre o ensino da leitura, da escrita e da reescrita, tendo presente os estudos já realizados por diferentes linhas teóricas que se preocupam com a produção do texto compartilhada entre acadêmico e professor.

O ensino da leitura na graduação conta com um leitor com mais experiência de vida, integrando a informação do texto com o conhecimento prévio e a sua relação com o contexto. Numa perspectiva da Linguística do Texto, podemos pontuar reflexões sobre o estudo do texto, com ponderações acerca do processo de leitura. Segundo Solé (1998, p. 116), “embora em nível inconsciente, à medida que lemos, prevemos, formulamos perguntas, recapitulamos a informação e a resumimos e ficamos alertas perante possíveis incoerências ou desajustes”. Tendo em vista que o leitor compreenda os diversos textos que se propõe a ler, mesmo sendo um processo interno, precisa ser ensinado. Dessa forma, nessa aprendizagem, mesmo com alunos adultos, o efetivo trabalho do professor é fundamental para realizar ações, considerando uma possível lacuna de compreensão.

O fazer docente, então, prevendo o ato de leitura, em uma situação significativa e funcional, tem em vista à produção de sentido. Koch e Elias (2008, p. 19), baseiam-se “na interação autor-texto-leitor”, em que se levam em consideração as experiências e os conhecimentos do leitor, indo além de decifrar o código linguístico, uma vez que ele assume o papel de construtor de sentido.

Nessa perspectiva teórica, Vieira e Faraco (2019a) corroboram quando afirmam que nenhum texto diz tudo, pois presume-se que o leitor tem os conhecimentos necessários para estabelecer relações entre as informações que constam no texto, bem como inferir aquelas não explicitadas. Essa atribuição de sentido, percebendo o texto como um todo coerente, muitas vezes, é reforçada com apontamentos advindos do professor. Conduzir o leitor a ler bem, fazendo reflexão e crítica ao texto, faz diferença, até mesmo para os leitores mais experientes.

Além disso, é importante o reconhecimento de como usá-lo em sua vida acadêmica, fornecendo recursos para as práticas de escrita, ou seja, a leitura é necessária para quem quer aprimorar o seu domínio de língua na escrita, pois bons escritores são sempre leitores ávidos. (VIEIRA; FARACO, 2019a). Sem leitura, fica-se sem repertório e sem parâmetros do que é um bom texto. Correlaciona-se, então, ler e pensar, pois para escrever bem não basta apenas ler em uma relação mecânica; é preciso ler bem, ou seja, estabelecer sentido no que se lê, para organizar o que se escreve:

Bons textos escritos costumam trazer informações consistentes, relevantes e pouco previsíveis. Por isso, quanto mais conhecimento você tiver sobre determinado tema, mais desenvolvimento você vai estar para escrever sobre ele e melhor será o produto final de seu trabalho com a escrita (VIEIRA; FARACO, 2019b, p. 22).

O acadêmico, então, muito bem informado sobre o tema que precisa ou pretende escrever, parte da orientação do professor. E, possuindo diferentes informações e pontos de vista acerca do assunto, poderá ter acesso às diferentes manifestações da língua em uso, de acordo com os seus objetivos de escrita. Pode-se dizer que a leitura é um pré-requisito para construir conhecimento sobre determinados temas. Como diz Vieira e Faraco (2019b), na universidade, em particular, por mais aulas que o aluno tenha, palestras que presencie, discussões de que participe, a leitura de textos acadêmicos escritos é indispensável para a compreensão, seleção e organização de informações e pontos de vista consistentes e diversificados.

Portanto, na graduação, a prioridade, também, é com o ensino de atividades leitoras na rotina acadêmica, para fornecer um embasamento significativo ao ato de escrever. De acordo com Guedes (2002), o termo produção de texto⁴ é mais coerente, tendo em vista que pressupõe leitores que vão dialogar com o texto produzido, concordando e aprofundando ou discordando e argumentando, tendo-o como matéria-prima para o seu trabalho de “diálogo” entre os interlocutores.

Conforme Vieira e Faraco (2019b), o texto, sendo o produto da atividade escrita pode ser entendido como artefato verbal, pois, ao construí-lo, temos de garantir uma unidade interna de sentido e lhe dar um acabamento formal, assim como fazemos com qualquer outro artefato. A diferença é que para o seu aspecto concreto, há as formas linguísticas em sua organização. Nesse sentido, a escrita é definida por Vieira e Faraco (2019a) como um artefato criado pela humanidade, exigindo que essa prática seja contemplada na sala de aula.

Diante disso, “ensinar a escrever também envolve o exercício e o consequente domínio da prática, além do exercício da orientação da prática do aluno. Aprender a ensinar a escrever envolve a experimentação de caminhos pelos quais se deve conduzir o aprendizado”. (GUEDES, 2014, p. 8). Nesse sentido, a escrita - como prática de sala de aula e exercício de linguagem - é concebida como um trabalho compartilhado entre professor e acadêmico.

4. Guedes (2002) distingue, além da expressão produção de texto, mais duas que parecem ser sinônimas: composição e redação, as quais se vinculam a teorias que expressam diferentes formas de considerar a ação de escrever, de ensinar a escrever e a ação de exercitar a linguagem pela escrita de textos. Assim, o trabalho com a composição tem mais preocupação com a correção do processo de raciocinar do que com a finalidade com que o raciocínio é enunciado; e trabalho com a redação pressupõe-se leitores que vão executar os comandos e, assim como na indústria, os textos, também, seguem um modelo de produção em série.

Corroboramos com Geraldi (2013) e Guedes (2002), quando afirmam que parte da percepção do docente a necessidade de a escrita produzida na sala de aula ser compartilhada. Para o primeiro, a escrita é uma atividade determinada pela situação social utilizada para propiciar interações e não para ser um sistema de regras. O aluno é visto como um eu-locutor que prevê um interlocutor, ou seja, um leitor efetivo. O segundo, complementando a ideia de interação, diz que o aluno deve “escrever, tendo em vista um concreto grupo de leitores para que seus textos possam realmente constituir-se em proposta ou resposta num diálogo”. (GUEDES, 2002, p. 74). A produção enquanto processo, proporciona uma reflexão textual individual e, ao mesmo tempo, coletiva, sendo uma opção para indicar ao aluno a melhoria do seu texto ao reescrevê-lo.

Nesse sentido, conforme Guedes (2002, p. 22), “ler só faz sentido se for para escrever e para reescrever, isto é, para assumir um ponto de vista a partir do qual organizar e reorganizar a compreensão do tema em questão e para construir e reconstruir o ponto de vista assumido”. Como vemos, quando o professor faz a sua opção pelo trabalho que valorize a produção textual, além da leitura e da escrita, toma a reescrita como parte desse processo.

E, para a etapa da reescrita, Guedes (2002) define que o aluno, ao reescrever⁵ textos, precisa estar ciente dos critérios de qualidade estabelecidos para que equacione, com maior eficiência, a adequação dos seus meios expressivos nas versões que se propõe a produzir. Isso mostra que escrever e reescrever são atividades de expressão fundamentais para a comunicação escrita com vistas a estabelecer o entendimento entre os homens.

Nesse sentido, afirmamos que a revisão⁶ do texto, através da reescrita é a que se dá em resposta à intermediação pelo professor. No que tange a essa intervenção, assim como Ruiz (2018, p. 25), entendemos “revisão como o trabalho de reescrita, reestruturação, refacção, reelaboração textual ou retextualização”, realizado pelo aluno em função de intervenções escritas do professor, com vistas à melhoria do seu texto.

E, nessa perspectiva de diálogo, as palavras de Murray (2013, p. 35, tradução nossa⁷) confirmam que não há de se esperar só elogios: “Nunca me volto a um leitor que não me deixa ansioso para retornar para minha escrivaninha. As críticas que

5. Este é um dos objetivos pretendidos pelo trabalho de escrita e reescrita de textos, que a partir de seus estudos, o professor e pesquisador Paulo Coimbra Guedes, ao elaborar um programa para ler e escrever, definiu para orientar a produção de textos. Para ter mais informações sobre este trabalho, indicamos a leitura de GUEDES, Paulo Coimbra. **Da redação escolar ao texto**: um manual de redação. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2002.

6. Sabemos que a revisão de um texto precisa ser reconhecida e realizada pelo aluno a qualquer momento, mas, é importante dizer que para este trabalho, estabelecemos que a revisão seja feita após a escrita e não durante esse processo. Portanto, consideramos a reescrita a partir da revisão do professor, como leitor específico, a qual é decorrente de intervenções pontuais no texto do aluno.

7. “I never return to a reader who doesn’t make me eager to get back to my writing desk. The criticism I received may be extensive, hard-to-take, but the good reader makes me see new possibilities, new challenges in the draft” (MURRAY, 2013, p. 35).

recebi podem ser extensas, difíceis de aceitar, mas o bom leitor me faz ver novas possibilidades, novos desafios para o rascunho”. Como a escrita está em construção, é necessário o olhar de um novo leitor, de preferência experiente, para o aprimoramento textual. Destacamos que esse “novo leitor” é uma função desempenhada pelo professor que organiza as atividades de produção textual. E, nesse processo de construção textual, Ruiz (2018) traz dois movimentos coocorrentes: um, intratextual, do texto com o próprio texto, o qual se refere a operações epilinguísticas realizadas pelo aluno numa determinada versão de texto, sem considerar as correções do professor por ocasião da versão original, bem como as demais versões por ele produzidas; e outro, intertextual, que diz respeito às operações que aluno realiza a partir do texto corretivo do professor e do contraponto com as versões anteriores ao seu texto.

Levando em consideração essa linha de trabalho, salientamos a importância do fazer docente em reconhecer o ensino da leitura, escrita e reescrita como etapas da construção da produção textual. Nesse processo, é importante visualizar a relação estabelecida no Ensino Superior, entre acadêmico (eu-locutor) e professor e colegas (tu-interlocutor) em termos de sujeitos interlocutores, tendo em vista o uso da língua em um texto escrito. Para tanto, na sequência, apresentamos os pressupostos teóricos que embasam a nossa reflexão sobre a relação (inter)subjetiva – entre o acadêmico e o professor – a partir da *noção de pessoa*, no ato da produção textual escrita, tendo em vista uma intervenção avaliativo-enunciativa docente. Nosso recorte teórico, a partir de agora, embasa-se nos estudos enunciativos do linguista Émile Benveniste.

A noção de pessoa construída na e pela linguagem: a (inter)subjetividade

É importante dizer que Benveniste não refletiu diretamente sobre a noção de texto ao longo de seus estudos. Apesar disso, acreditamos que embasados em suas reflexões sobre língua, linguagem, sujeito falante que vive em sociedade é possível inferir noções as quais autorizam um percurso teórico de base para refletir sobre escrita e reescrita. Buscamos Benveniste, por, em seus estudos, produzir um pensamento singular acerca de conceitos que nos são caros, priorizando um viés antropológico de estudar a língua. Pensamos que essa singularidade, em que se privilegia a expressão do homem *na e pela* linguagem, permita ver o acadêmico como produtor textual, ocupando o seu lugar de sujeito da língua. Assim, fazemos o deslocamento de alguns de seus conceitos para a realização das reflexões que trazemos neste trabalho.

Ao tratarmos da enunciação, trazemos as questões sob a ótica da *subjetividade* e, conseqüentemente, da referência, considerando, principalmente *eu* que, por tomar a palavra, manifesta sua condição de homem e de homem no mundo. Segundo

Flores (2008), na tentativa de delimitar epistemologicamente alguns elementos que configuram o campo da Linguística da Enunciação, é preciso falar do sujeito, tendo em vista a *noção de pessoa*.

Para tratar do sujeito, fizemos um recorte teórico, contemplando o que Flores (2013) chama de *o primeiro momento*⁸ da reflexão de Benveniste sobre a enunciação. A questão é sobre a subjetividade na linguagem, cuja compreensão implica o entendimento da *categoria de pessoa*, a qual se constitui como uma das noções e termos importantes para o quadro figurativo da enunciação. Para tanto, abordamos, principalmente, os artigos “A natureza dos pronomes” (1956) e “Da subjetividade na linguagem” (1958) constantes no PLG I e A linguagem e a experiência humana (1965) do PLG II.

Por meio do estudo da enunciação benvenistiana, percebemos, então, a relevância dos pronomes. Nesse sentido, para este trabalho, referimo-nos a eles como *dêiticos*, que “embora possuam um lugar na língua, são categorias vazias e subjetivas, porque sendo signos concretos somente adquirem estatuto pleno na e pela enunciação de ‘eu’” (FLORES, 2005, p. 40). Além disso, trazemos a noção de *referência pela categoria de pessoa*, a qual permite estabelecer o fundamento linguístico da intersubjetividade. Assim, tratamos das categorias de pessoa, espaço e tempo, bem como da noção de (co)referência estabelecida na “realidade”⁹ discursiva.

Benveniste (1988a) admite que todas as línguas possuem pronomes, referindo-se às mesmas categorias: pessoais, demonstrativos, e isso faz pensar que o problema dos pronomes é um problema de língua, por ser, em primeiro lugar um problema de linguagem. Ao trazer essa constatação em “A natureza dos pronomes” (1956), Flores (2013, p. 92) nos chama a atenção que “o leitor poderá pensar que se trata tão somente de um texto sobre pronomes”. Mas, nada disso se confirma após uma leitura atenta da reflexão, pois há uma oposição entre subjetivo/objetivo que se configura em um alcance muito maior e mais complexo. Assim, associa os pronomes pessoais a distintas classes, segundo o modo de linguagem do qual são os signos: “uns pertencem à sintaxe da língua, outros são característicos daquilo que chamaremos as ‘instâncias do discurso’, isto é, os atos discretos e cada vez únicos pelos quais a língua é atualizada em palavras por um locutor” (BENVENISTE, 1988a, p. 277). Ou seja, uns pertencem à sintaxe e outros à enunciação.

8. Flores (2013) faz uma divisão dos estudos benvenistianos, classificando-os em três momentos: o primeiro trata de pessoa e não pessoa; o segundo enfoca as noções de semiótico e semântico e as que a elas estão associadas; o terceiro aborda o aparelho formal da enunciação, como um momento-síntese da obra enunciativa de Benveniste. Explica que não obedece a critérios cronológicos, e nem mesmo é algo que possa ser atribuído à iniciativa do autor. Trata-se, na verdade, de um viés de leitura que imprime à obra de Benveniste do campo da enunciação, com o intuito de tornar esse pensamento, de forma didática, mais próximo dos jovens linguistas brasileiros.

9. Benveniste utiliza a palavra entre aspas, exatamente para se distanciar do sentido comum que normalmente lhe é atribuído. Isso também acontece com outros termos com o intuito de defini-los de acordo com a sua teoria enunciativa.

Partindo dessa distinção, Benveniste (1988a) aponta para mais uma diferença: além das diferenças formais impostas pela estrutura morfológica e sintática das línguas particulares, há diferenças entre *eu* e um nome referente a uma noção linguística, e que são uma natureza mais geral e mais profunda. Isso ocorre porque as diferenças entre o *eu* e uma noção lexical estão ligadas à enunciação. E cada instância de emprego de um nome refere-se a uma noção constante.

Porém, “as instâncias de emprego de *eu* não constituem uma classe de referência uma vez que não há objeto definível como *eu* ao qual se possam remeter identicamente essas instâncias” (BENVENISTE, 1988a, p. 278). Cada *eu* tem a sua referência própria e corresponde cada vez a um ser único. Assim, a “realidade” à qual se refere *eu* ou *tu* é a do discurso e não a referencial do mundo físico, porque *eu*, definindo-se não em termos de objetos, mas de locução, só pode significar a pessoa que enuncia, presente na instância de discurso, que contém a instância linguística *eu*.

O primeiro ponto de apoio para estabelecer a referência, então, trata dos pronomes pessoais, sendo que eles dependem de outras classes de pronomes que participem do mesmo *status*. Assim, são indicadores da *déixis*, “demonstrativos, advérbios, adjetivos, que organizam as relações espaciais e temporais em torno do ‘sujeito’ tomado como ponto de referência: ‘isto, aqui, agora’ e suas numerosas correlações. Têm em comum o traço de se definirem somente com relação à instância de discurso” (BENVENISTE, 1988b, p. 288). É o próprio discurso que dá a referência ao pronome pessoal.

Dessa forma, os pronomes pessoais que instauram a subjetividade no discurso não pertencem à realidade do mundo, mas à realidade do discurso, uma vez que a linguagem só é possível porque cada locutor se apresenta como sujeito do seu dizer, evidenciando o que Benveniste chama de subjetividade, ou seja, essa capacidade do locutor de se apropriar da língua num determinado tempo e espaço e de colocá-la em uso, propondo-se como sujeito. Essa é a noção de subjetividade que nos interessa, quando pensamos a escrita no ato de produzir textos.

Em Benveniste, as noções de espacialidade e de temporalidade são tão importantes quanto a de pessoa porque permitem a compreensão de como o tempo e o espaço se instalam, a partir da enunciação. Com o *aqui* e *agora* enunciativos ficam estabelecidas as coordenadas para as demais expressões espaciais e temporais. Como estão vinculadas ao eu, é pela subjetividade que se estabelece a referência temporal e espacial. Diante disso, o sujeito organiza o tempo e o espaço da sua enunciação e, com a categoria de pessoa, forma uma tríade das *categorias de pessoa, espaço e tempo*.

No texto “A linguagem e a experiência humana”, de 1965, Benveniste dedica-se ao estudo das noções de pessoa e tempo. O linguista traz as noções de tempo ligadas aos acontecimentos, que são diferentes do tempo linguístico, pois, nas palavras de Benveniste (1989, p. 74) “o que o tempo linguístico tem de singular é o fato de estar orga-

nicamente ligado ao exercício da fala, o fato de se definir e de se organizar em função do discurso”. O tempo linguístico situa o acontecimento como contemporâneo da instância do discurso que o menciona, privilegiando sempre o presente, na medida em que é *sui-referencial*, uma vez que se refere às circunstâncias da instância do discurso.

O tempo e o espaço, partindo da enunciação, tomam a língua toda e estabelecem os parâmetros para a expressão de correlatos. Quanto ao tempo, distingue-o com três noções: o tempo físico, o tempo crônico e o tempo linguístico. O tempo físico mede-se pelo grau de emoções e pelo ritmo de vida interior. Do tempo físico e de seu correlato psíquico, devemos distinguir o tempo crônico. O tempo crônico é o tempo do calendário, aquele que passa com um antes e um depois do eixo de referência, marcado por algo que realmente aconteceu no mundo. Já, o tempo linguístico é o único inerente à língua, presente na instância do discurso.

Quanto ao espaço, podemos apontar o espaço linguístico, distinguindo-se do espaço comum: o físico e o geográfico. Dessa forma, o espaço fica organizado a partir de um ponto central, ordenado partindo do “eu”. Tal espaço não se configura como espaço físico, mas aquele onde se desenrola a cena enunciativa, comportando suas demarcações e limites próprios. Porque marcam os espaços interno e externo da enunciação. “Aqui” e “aí” delimitam o espaço interior, referindo-se ao *eu* e ao *tu* e opondo-se a “ali”, que marca o espaço fora da enunciação.

Ao estarem aliadas na instância do discurso, as categorias de espaço e tempo, associadas à de pessoa, dão *referência* à enunciação, marcada pela *noção de pessoa*. Desse modo, pode-se definir que *eu*, ao se enunciar, introduz a situação de alocação e uma relação de simetria é definida para tu, como indivíduo alocutado na presente instância de discurso, contendo a instância linguística *tu*. Tais definições visam *eu* e *tu* como uma categoria de linguagem e se relacionam com a sua posição na linguagem. Como explica Flores (2013), são essas definições que justificam o tratamento dos pronomes como um problema de linguagem e não apenas de língua(s). Ou seja, não são apenas formas, mas posições na linguagem.

Tais posições garantem que as línguas reservem lugares de *pessoa e não pessoa*, tornando-se possível falar, pelo uso da língua, marcando uma *referência subjetiva* a partir da categoria de pessoa. Benveniste se ocupa de instaurar os indivíduos que constituem a instância de discurso e as noções de referência e de dêixis que se confundem: eu-tu-aqui-agora, são *sui-referenciais* porque se constituem por intermédio do locutor. Antes da enunciação são formas vazias, que, ao serem enunciadas, estabelecem a relação de referente-referido. Se em uso, referente; caso contrário, referido. É a enunciação, então, a responsável por uma mudança muito significativa: da língua para a língua discurso.

Assim, quando ao mencionar a noção de *referência*, entendemos que se *ele* permanece relegado à língua é devido à noção de não pessoa não ser suficiente para ser

inserida na língua em uso, ficando na virtualidade, pertencendo às formas *vazias*, à espera de pertencer às formas *plenas* deixando isso para a categoria de pessoa. O locutor utiliza a língua para expressar o seu discurso, colocando-se nele como sujeito. Nesse ato, institui-se um outro, implícito ou explícito, ao qual *eu* se dirige, sendo o *tu*, constituindo a *categoria de pessoa*, como afirma Benveniste:

A consciência de si mesmo só é possível se experimentada por contraste. Eu não emprego *eu* a não ser dirigindo-me a alguém, que será na minha alocução um *tu*. Essa condição de diálogo é que é constitutiva da pessoa [instituinto a Categoria de Pessoa], pois implica em reciprocidade – que *eu* me torne *tu* na alocução daquele que por sua vez se designa *eu*. [...] Por isso, *eu* propõe outra pessoa, aquela que, sendo embora exterior a ‘mim’, torna-se meu eco – ao qual digo *tu* e que me diz *tu* (BENVENISTE, 1988b, p. 286).

A *categoria de pessoa*, tendo por base Flores e Teixeira (2005), é concebida em termos de subjetividade, em que o “eu” é pessoa subjetiva; o “tu” é apenas pessoa, ou pessoa não subjetiva e essas duas “pessoas”, formando a categoria de pessoa, se opõem juntas a “ele” que é a não-pessoa. A diferença entre a pessoa e a não pessoa está no tipo de referência que estabelecem.

O par “eu/tu” pertence ao nível pragmático da linguagem, pois, definido na própria instância de discurso refere a realidades distintas cada vez que enunciado, enquanto o ‘ele’ pertence ao nível sintático, já que tem por função combinar-se com a referência objetiva de forma independente da instância enunciativa que a contém (FLORES; TEIXEIRA, 2005, p. 33).

Como “‘ele’ em si não designa especificamente nada nem ninguém” (BENVENISTE, 1988c, p. 253), nenhuma relação paralela é possível entre uma dessas pessoas “eu/tu” e “ele”. Devemos tomar consciência disso, pois “ele”, sendo a “terceira pessoa”, é a única pela qual uma *coisa* é predicada verbalmente. A partir do reconhecimento da não pessoa, o linguista afirma que “a não-pessoa é o único modo de enunciação possível para as instâncias de discurso que não devam remeter a elas mesmas” (BENVENISTE, 1988a, p. 282), mas que predica o processo de algo, e, mesmo não importando *quem* ou *o que*, exceto a própria instância, pode sempre ser munido de uma referência objetiva.

Segundo Flores *et al* (2008), a Teoria da Enunciação benvenistiana considera como pronomes pessoais somente as formas linguísticas *eu* e *tu*. Portanto, *ele* pertence à sintaxe da língua e é considerado como não-pessoa. Partimos dessa dicotomia eu/tu, que instaura a subjetividade e intersubjetividade, considerados pronomes pessoais para a categoria de pessoa, em relação a *ele* que é a não pessoa dentro da categoria de pessoa.

“A linguagem está de tal forma organizada que permite a cada locutor apropriar-se da língua toda designando-se como *eu*” (BENVENISTE, 1988b, p. 288). Esse conceito é construído no último texto escrito pelo autor “O aparelho formal da enunciação”, de 1970, o qual retoma que, ao colocar a língua em funcionamento, apropriando-se dela, o sujeito atribui referência, materializando o vazio ou o virtual. Essa situação ocorre na relação de diálogo entre locutor e alocutário, pessoas em inter-relação mediada pela linguagem. Portanto, quando *eu-refere*, pela subjetividade, e *eu-tu (co) referem*, pela intersubjetividade, fundamentam a *noção de pessoa*, que dá significação ao enunciado compartilhado.

Toda vez que aquele que fala se apropria do sistema da língua, este eu, posto em ação no discurso, introduz a presença da pessoa dando a possibilidade da realização da linguagem humana. Quando o pronome *eu* aparece num enunciado, evocando, de maneira explícita ou não, o pronome *tu* para se opor conjuntamente a *ele*, uma experiência humana se instaura novamente, revelando o instrumento linguístico que a funda; quando *eu* se enuncia, cada vez é uma designação única. Sendo assim, cada locutor, ao apropriar-se da *língua toda*, designa-se como *eu*, no ato de dizer da enunciação.

O fundamento da subjetividade é dado pela categoria de pessoa presente no sistema da língua mediante determinadas formas (o pronome “eu”, por exemplo). Vale lembrar, porém, que essa subjetividade é dependente da inversibilidade aludida quando do tratamento do par “eu/tu”. Essa inversibilidade assegura a intersubjetividade sem a qual não faz sentido falar de categoria linguística de pessoa (FLORES; TEIXEIRA, 2005, p. 33).

Percebemos, então, que Benveniste imprime a ideia de que a *noção de pessoa*, marcada por *eu*, está sempre na base de suas reflexões linguísticas. Ao tomar para si a palavra, cada pessoa, o *eu*-locutor mobiliza a língua que só faz em virtude de uma outra pessoa, o *tu*-interlocutor. Portanto, no momento em que falamos ou enunciamos, dirigimo-nos a um *tu* que passa a ser *eu* quando toma para si o direito de enunciar-se. A intersubjetividade estabelecida pela interlocução entre *eu* e *tu* dá-se na linguagem e é através dela que o homem se constitui como tal.

Ao instaurar a subjetividade, portanto, pela condição de diálogo que ocorrerá na escrita e na reescrita, define-se a *noção de pessoa*, o que implica uma relação e correlação entre *eu* e *tu*. Ocorrem a unicidade, a reciprocidade, a *inversibilidade* e a *reversibilidade* entre o acadêmico e professor/colegas, visto que, no processo da produção textual, há a troca de turnos entre esses participantes que têm a possibilidade de *referir-se* e *(co)referir-se* pelo texto escrito. Trata-se de uma escrita que pressupõe uma leitura e uma reescrita, contando com a percepção e o reconhecimento do interlocutor que, com o locutor, constitui a sua relação com a língua, ampliando as possibilidades e as potencialidades do *seu* dizer.

Como afirma Benveniste (1988d, p. 84), “o sujeito se serve da palavra e do discurso para ‘representar-se’ a si mesmo, tal como quer ver-se, tal como chama o ‘outro’ para comprovar”. A língua fornece o instrumento do discurso em que o sujeito cria, liberta-se, atinge o outro nesse universo da subjetividade que é a palavra em uso pela *relação intersubjetiva* em que a (co)referência ocorre por causa do processo de troca que remete a experiência humana inscrita na linguagem.

Assim, a partir disso, refletimos sobre aspectos teóricos do processo da escrita como experiência humana em sala de aula, tendo em vista, como se dá essa relação intersubjetiva no processo de escrita no Ensino Superior; os elementos que precisam ser considerados para que essa relação aconteça a cada vez de forma única e irrepetível e quem está, necessariamente, envolvido nessa relação.

A fim de pensarmos as discussões sobre esses aspectos, passemos à próxima parte que trata de alguns procedimentos metodológicos utilizados para a realização deste estudo reflexivo.

Procedimentos metodológicos: uma possibilidade de percurso

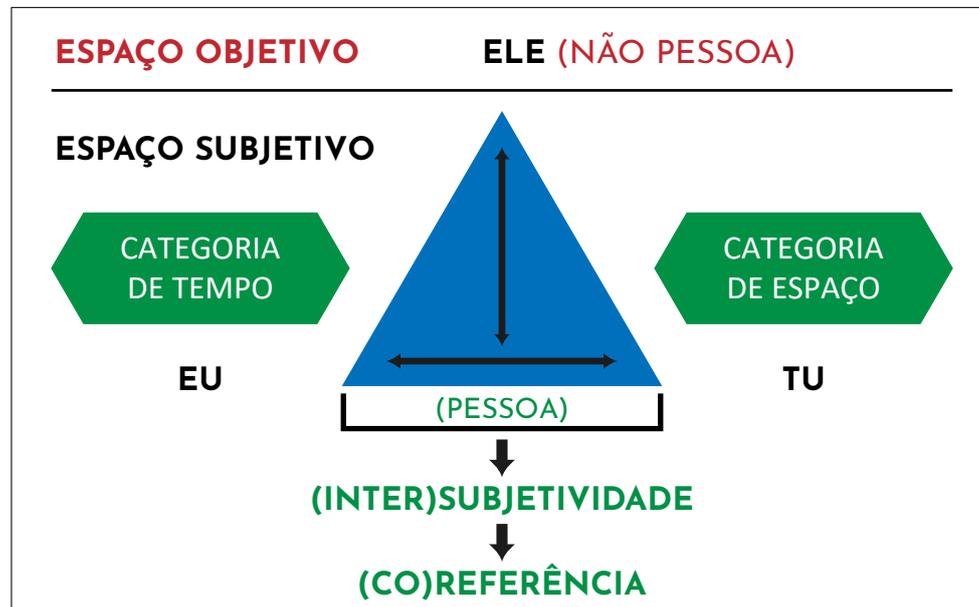
Partindo dos pressupostos teóricos trazidos até aqui, reiteramos a noção de que assumimos a produção textual escrita, no Ensino Superior, como um ato em processo, tendo em vista a relação de (inter) subjetividade estabelecida entre acadêmico e professor.

Nessa perspectiva, as categorias teóricas de pessoa, espaço e tempo estão elencadas para estabelecer a *noção de pessoa* a partir dos artigos estudados, considerando os estudos de língua e linguagem realizados por Émile Benveniste. Partindo dessa tríade – as categorias da enunciação – trazemos, também, a noção de (inter)subjetividade e (co)referência que norteiam este trabalho no intuito refletirmos, teoricamente, sobre como se dá a relação (inter)subjetiva – entre o acadêmico e o professor – a partir de uma intervenção avaliativo-enunciativa docente.

Tais noções compõem nossa reflexão e estão elencadas separadamente apenas para fins didáticos, pois, no ato da produção textual, mesmo que tenhamos mencionado etapas, contando com o ensino da leitura, da escrita e da reescrita, tendo em vista a enunciação, não há como dissociá-las. Nesta proposta, que trata do fazer docente quanto ao ensino da produção textual no Ensino Superior, as relações interpessoais instauradas no processo discursivo construído pela escrita de textos são o destaque.

Tendo em vista uma melhor compreensão dessa reflexão, apresentamos, a seguir, conforme Figura 1, um quadro resumitivo, das categorias teóricas estudadas para a realização deste trabalho.

Figura 1: A relação (inter)subjetiva a partir da *noção de pessoa*



Fonte: Elaborada pelas autoras

Observando a figura, podemos verificar que a mesma é composta por dois campos: o espaço objetivo e o espaço subjetivo e a sua distinção é essencial para compreender a relação intersubjetiva a partir da *noção de pessoa* que, segundo os estudos benvenistianos, é composta pela pessoa (*eu/tu*) e pela não pessoa (*ele*). Sendo assim, o espaço subjetivo é ocupado pelas formas linguísticas *eu* e *tu* as quais são consideradas categorias de pessoa, pertencentes ao discurso. Enquanto o espaço objetivo traz o *ele* pertencente à sintaxe da língua, uma vez que é como uma não pessoa.

O aluno, *eu*, ao estabelecer relação com o *tu*, professor, fala sobre *ele*, a não pessoa. Para este trabalho, *ele* é o texto escrito e reescrito. É nesta relação *eu/tu*, que se instaura a subjetividade e a intersubjetividade – atos situados na *instância do discurso*, em tempo e espaço únicos. Nesse sentido, é no exercício da língua, que o homem, sujeito do seu discurso, fundamenta a subjetividade. E é prevendo o outro, o *tu*, que o *eu* só pode ser *eu*. Essas relações são complementares, tendo em vista que um não existe na ausência do outro: *eu-locutor* se propõe como *eu* a um *tu-interlocutor* que, por seu turno, passa a ser *eu* e instaura o outro como *tu* pela reciprocidade. Com tais formas linguísticas (*eu* e *tu*), na polaridade e na alternância de suas posições, pela *inversibilidade*, que se instaura a subjetividade e a intersubjetividade e estabelece-se a (co)referência *na* e *pela* enunciação.

A Teoria da Enunciação de Benveniste caracteriza-se a partir da noção de pessoa quando prioriza o sujeito na língua, por constituir uma linguística dos sujeitos e com os sujeitos. O *eu* é inerente ao discurso: “aquele que fala se refere sempre pelo mesmo indicador *eu* a ele-mesmo que fala” (BENVENISTE, 1989a, p. 68). Partindo da *noção de pessoa*, *eu* evoca a presença do outro.

Nesse movimento, a subjetividade e a intersubjetividade constroem “a experiência central a partir da qual se determina a possibilidade mesma do discurso” (BENVENISTE, 1989a, p. 69). Deslocando-nos para a sala de aula do ensino superior, colocamos o aluno como o *eu*-locutor que lê, escreve e reescreve, manifestando o seu dizer pela produção textual. Em contrapartida, o professor constitui-se como o *tu*-alocutário, que, indicado para uma intervenção avaliativo-enunciativa, estabelece uma relação intersubjetiva. Nessa situação, temos um *eu* (o aluno produtor do texto escrito) que fala na modalidade escrita, que introduz a presença da pessoa, sem a qual nenhuma língua é possível e, ao produzir o texto, conta com um *tu* (o professor leitor e interventor do texto em análise) que intervém na sua escrita, uma vez que tomamos o ato de escrever que, como um processo, pressupõe o outro.

Como cada *eu* tem referência própria, o aluno, como locutor expressa sua experiência na e pela linguagem com a “realidade”, a *sua* realidade, na medida em que elabora a sua produção escrita. Nesse sentido, ao expressar a *sua* “realidade discursiva”, experimenta a própria presença no *seu* texto.

Nessa perspectiva, o professor, através da intersubjetividade, estabelece, em diálogo com o acadêmico, uma intervenção que prevaleça a simetria para o entendimento das orientações que encaminha. Isso fortalece a *(co)referência* a partir da *noção de pessoa*. Embora a inversibilidade e a reversibilidade estejam presentes no processo, o aluno, como *locutor primeiro*, está numa posição ascendente de evolução do *seu* dizer e precisa de apontamentos que agreguem a sua aprendizagem. Essa oportunidade caracteriza-se como singular e ocorre a partir de uma proposta de reescrita de forma compartilhada com o professor.

No momento da escrita, o acadêmico, ao remontar o momento da leitura, resgata o repertório enunciativo, resignificando-o a partir de *si*, e, ao produzir as *suas* enunciações, deixa *suas* marcas no discurso. No dizer de Benveniste (1989b, p. 84) “Este é um dado constitutivo da enunciação. A presença do locutor em sua enunciação faz com que cada instância de discurso constitua um centro de referência interno.” O locutor-aluno, então, serve-se do aparato¹⁰ de funções da língua, ocupando a *língua toda*, para manifestar-se pela linguagem, instaurando o *seu* significar no texto que produz.

A partir da intervenção avaliativo-enunciativa do professor, o texto, em sua primeira versão pode ser renovado através da reescrita. Nessa fase da produção, o professor na condição de alocutário, *(co)refere-se ao eu*, sendo a pessoa mais indicada para ocupar o lugar do *tu*. Nesse sentido, a experiência humana do acadêmico fica enriquecida na linguagem com o *outro*, já que “é a alocação que instaura o outro no emprego da língua” (FLORES; TEIXEIRA, 2005, p. 35), tendo em vista a *noção de pessoa*.

10. Esse aparato ou aparelho linguístico Benveniste, em 1970, trata em um capítulo específico da obra PLG II, intitulado “Aparelho formal da enunciação”, o qual detalha o quadro formal de categorias para “a marcação de subjetividade na estrutura da língua” (FLORES; TEIXEIRA, 2005, p. 36), pois é o fundamento estrutural de uso da língua.

Dessa forma, tais atividades são compartilhadas em condição de diálogo entre *eu* (aluno) e *tu* (professor) a partir da *noção de pessoa*. Dentro de uma linearidade, ocorrem a unicidade, a reciprocidade, a inversibilidade e a reversibilidade entre o acadêmico e o professor, pois a troca de turnos entre eles possibilita *referir-se* e *(co) referir-se* sobre o texto escrito. Nas palavras de Flores e Teixeira (2005, p. 33), o “sujeito, nessa concepção é produto de um jogo de interação dado pelo uso das formas linguísticas que, pertencentes à língua, possibilitam a passagem de locutor a sujeito num processo de apropriação da língua”. É nessa condição de propor-se como sujeito que o locutor exercita a linguagem enquanto produtor de sentido(s), neste caso, produtor de um texto escrito.

Além disso, o ensino da produção textual, por prever as etapas de leitura, escrita e reescrita, ocorre de forma absolutamente original: uma experiência decorrente de uma relação indissociável com o tempo, definindo que “o único tempo inerente à língua é o presente axial do discurso, e que esse presente é implícito” (BENVENISTE, 1989a, p. 76). Para o quadro do ensino da produção escrita, verificamos que é possível observar um tempo físico e um tempo crônico às etapas: primeiramente, deve acontecer o momento da leitura, em seguida, a escrita e, depois, a reescrita. Mesmo que seja prevista essa linearidade cronológica, associamos a compreensão que temos de Benveniste para indicar que o tempo linguístico é único a cada vez que se lê, escreve ou reescreve. Como Benveniste (1989a, p. 77) assegura, é aí que reside a originalidade: “a instância específica de que resulta o presente e cada vez nova”. Assim, a leitura é renovada a cada releitura e a escrita é renovada a cada reescrita, independente das vezes e versões de que a mesma precisar para resultar em um bom texto.

O fundamento linguístico da (inter)subjetividade põe em jogo, além das relações temporais, as espaciais. Dessa forma, observamos que o espaço ímpar da sala de aula constitui-se no geográfico. A produção textual é uma tarefa pedagógica e, necessariamente, inserida em um espaço de ensino. É uma tarefa que exige esforço mútuo: tanto do professor como do aluno que compartilham do tempo e do espaço acadêmico.

Desse modo, é a situação de discurso, no caso a produção textual, que define o espaço linguístico como o fundamento da comunicação (inter)subjetiva e (co)referencial, assinalando a relação viva entre os interlocutores a cada vez reinventada *no* e *pelo* discurso por meio da escrita, quer seja na etapa da leitura, da escrita ou da reescrita.

Nessa reinvenção, lembramos o que Benveniste (1989) constata sobre a enunciação escrita: “esta se situa em dois planos: o que escreve se enuncia ao escrever e, no interior de sua escrita, ele faz os indivíduos se enunciarem” (BENVENISTE, 1989b, p. 90). Como o próprio autor afirma, a partir disso, amplas perspectivas se abrem para um estudo em que a escrita se configura em formas complexas do discurso.

Portanto, ao lançar a proposta da produção textual escrita, uma “realidade” dialética se instaura, tendo como eixo central a *noção de pessoa* que institui um *eu-tu-aqui-agora*, a cada nova enunciação da escrita acadêmica em sua complexidade do discurso. Ao aluno, cabe referenciar; ao professor cabe a reconfiguração do quadro enunciativo realizado pela intervenção que certamente, propicia ao aluno um reencontro com a língua, levando-o a reconhecer que *bem antes de servir para comunicar, a linguagem serve para viver*.

Considerações finais

Neste trabalho, tratamos do ensino da produção textual acadêmica, reconhecendo as etapas de leitura, escrita e reescrita como uma tríade interligada. Além disso, priorizamos reconhecer a relação intersubjetiva estabelecida entre o aluno e o professor nesse processo. Ao estabelecermos o recorte de pesquisa, buscamos refletir sobre como se dá a relação (inter)subjetiva – entre o acadêmico e o professor – a partir de uma intervenção avaliativo-enunciativa docente.

Entendemos que a relação (inter)subjetiva entre o *eu/aluno-produtor* conta com o *tu/professor-revisor* que possibilite a interlocução enquanto processo, com o diálogo e a troca de informações para o aprimoramento da escrita. Nesse elo, há a configuração linguística da enunciação em que o *eu-tu-aqui-agora* são categorias constitutivas da *noção de pessoa* presentes nas etapas da produção textual acadêmica, a qual, pela linguagem, estabelece a resignificação do ler, escrever e reescrever.

Partindo do estudo reflexivo dessa relação de diálogo permite-nos pensar, para um momento posterior, sobre a elaboração de uma proposta teórico-metodológica de intervenção avaliativo-enunciativa para a prática¹¹ do trabalho com a produção textual.

Portanto, tendo em vista a *noção de pessoa*, analisamos a relação intersubjetiva que, de acordo com os estudos enunciativos de Benveniste, estabelece a (co)referência, reforçando um elo interativo entre acadêmico e professor. Nessa troca, observamos que o fazer docente, permite a articulação das relações homem-homem, homem/linguagem e homem/mundo. As intervenções docentes, então, estabelecidas *na e pela* subjetividade na linguagem, permitem ao acadêmico ter mais autonomia de compreensão e significação para a *sua* leitura, a *sua* escrita e *sua* reescrita, resignificando-as. Ao colocar a língua em funcionamento, o aluno, pelo *seu* ato individual de utilização, chega ao status de *pessoa*, alcançando a posição de sujeito do *seu* enunciar.

11. Pretendemos realizar essa prática no Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul - Campus Erechim, com acadêmicos do primeiro e segundo semestres.

Referências

- BENVENISTE, Émile. A natureza dos pronomes (1956). In: BENVENISTE, Émile. *Problemas de Linguística Geral I*. 2. ed. Campinas, SP: Pontes, 1988a. p. 277-283.
- BENVENISTE, Émile. Da subjetividade na linguagem (1958). In: BENVENISTE, Émile. *Problemas de Linguística Geral I*. 2. ed. Campinas, SP: Pontes, 1988b. p. 284-293.
- BENVENISTE, Émile. Estrutura das relações de pessoa no verbo. (1946). In: BENVENISTE, Émile. *Problemas de Linguística Geral I*. 2. ed. Campinas, SP: Pontes, 1988c. p. 247-259.
- BENVENISTE, Émile. Observações sobre a função da linguagem na descoberta freudiana (1956). In: BENVENISTE, Émile. *Problemas de Linguística Geral I*. 2. ed. Campinas, SP: Pontes, 1988d. p. 81-94.
- BENVENISTE, Émile. A linguagem e a experiência humana. In: BENVENISTE, Émile. *Problemas de linguística geral II*. Trad. Eduardo Guimarães. Campinas, São Paulo: Pontes, 1989a. p. 68-80.
- BENVENISTE, Émile. O aparelho formal da enunciação. In: BENVENISTE, Émile. *Problemas de linguística geral II*. Trad. Eduardo Guimarães. Campinas, São Paulo: Pontes, 1989b. p. 81-90.
- FLORES, Valdir do Nascimento. *Introdução à teoria enunciativa de Benveniste*. São Paulo: Parábola, 2013.
- FLORES, Valdir do Nascimento; TEIXEIRA, Marlene. *Introdução à linguística da enunciação*. São Paulo: Contexto, 2005.
- FLORES, Valdir do Nascimento et al. *Enunciação e gramática*. São Paulo: Contexto, 2008.
- GERALDI, João Wanderley. *Portos de passagem*. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2013.
- GUEDES, Paulo Coimbra. *Da redação escolar ao texto: um manual de redação*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2002.
- GUEDES, Paulo Coimbra. Apresentação. In: KÖCHE, Vanilda Slaton; BOFF, Odete Maria Benetti; MARINELLO, Adiane Fogali. *Leitura e Produção Textual: Gêneros textuais do argumentar e exor*. 6. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.
- KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. *Ler e compreender: os sentidos do texto*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008.
- MURRAY, Donald. *The craft of revision*. Fifth Anniversary Edition. Boston: Wadsworth Cengage Learning, 2013.
- RUIZ, Eliana Donaio. *Como corrigir redações na escola: uma proposta textual interativa*. São Paulo: Contexto, 2018.
- SOLÉ, Isabel. *Estratégias de leitura*. Porto Alegre: Penso Editora Ltda, 1998.
- VIEIRA, Francisco Eduardo; FARACO, Carlos Alberto. *Escrever na Universidade: Fundamentos*. São Paulo: Parábola, 2019a.
- VIEIRA, Francisco Eduardo; FARACO, Carlos Alberto. *Escrever na Universidade: Texto e discurso*. São Paulo: Parábola, 2019b.